

Doi: 10.5281/zenodo.16740236

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SUS NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Carlos Lopatiuk¹

Luís Paulo Gomes Mascarenhas²

João Irineu de Resende Miranda³

Alexandre Almeida Rocha⁴

Carla Emanuele Lopatiuk⁵

RESUMO: Este artigo tem como objeto a análise da integração da sustentabilidade nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando sua relevância no cumprimento dos direitos fundamentais e no alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que visa promover a saúde e o bem-estar. O principal objetivo é avaliar os avanços, desafios e perspectivas da implementação de práticas sustentáveis no SUS, explorando a relação entre políticas públicas de saúde e a sustentabilidade. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com pesquisa de natureza qualitativa e método dedutivo, por meio de textos acadêmicos, normativos e institucionais, focando nas políticas públicas de saúde, direitos fundamentais e sustentabilidade. A abordagem teórica fundamenta-se na interseção entre saúde como direito humano, políticas públicas como instrumentos de inclusão social e a sustentabilidade como um pilar estratégico do desenvolvimento sustentável. Os resultados apontaram que, embora o SUS desempenhe um papel crucial na promoção da saúde e redução das desigualdades, enfrenta desafios relacionados ao subfinanciamento, desigualdades regionais e à integração efetiva de práticas sustentáveis nas suas ações. No entanto, destacaram-se avanços em programas de prevenção, uso de tecnologias inovadoras e estratégias de saúde mais sustentáveis. Conclui-se que a sustentabilidade é essencial para o fortalecimento do SUS e para garantir que a saúde seja efetivamente um direito universal e de qualidade. É necessário, portanto, investimento em governança, capacitação profissional e integração intersetorial para promover um modelo de saúde sustentável no Brasil.

Palavras-chave: SUS, sustentabilidade, políticas públicas, direitos fundamentais, ODS 3.

¹ Doutor em Ciências Sociais Aplicadas e Doutor em Ciências Empresariais. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: clopatiuk@uepg.br

² Doutor em Saúde da Criança e do Adolescente. Professor Adjunto da Universidade do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail para contato: lmascarenhas@unicentro.br

³ Doutor em Direito Internacional. Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail para contato: joaoirineu@uepg.br

⁴ Doutor em Ciências Sociais Aplicadas. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail para contato: professor.alexandre.rocha@gmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real. E-mail para contato: carla.emanuele2201@gmail.com

THE ROLE OF SUS HEALTH PROFESSIONALS IN PROMOTING SUSTAINABILITY: PUBLIC POLICIES AND THE REALIZATION OF FUNDAMENTAL RIGHTS

ABSTRACT: This article focuses on analyzing the integration of sustainability in the practices of the Unified Health System (SUS), considering its relevance in fulfilling fundamental rights and aligning with the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 3, which aims to promote health and well-being. The main objective is to evaluate the advances, challenges, and perspectives of implementing sustainable practices within SUS, exploring the relationship between public health policies and sustainability. The methodology adopted was bibliographic research, based on academic and institutional documents, with a focus on public health policies, fundamental rights, and sustainability. The theoretical approach is based on the intersection of health as a human right, public policies as instruments for social inclusion, and sustainability as a strategic pillar of sustainable development. The results showed that although SUS plays a crucial role in promoting health and reducing inequalities, it faces challenges related to chronic underfunding, regional disparities, and the effective integration of sustainable practices in its actions. However, advances were highlighted in preventive programs, the use of innovative technologies, and more sustainable health strategies. The conclusion emphasizes that sustainability is essential for strengthening SUS and ensuring that health is effectively a universal and high-quality right. It is therefore necessary to invest in governance, professional training, and intersectoral integration to promote a sustainable health model in Brazil.

Keywords: SUS, sustainability, public policies, fundamental rights, SDG 3.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem se consolidado como um dos principais pilares do desenvolvimento global, principalmente no contexto das políticas públicas e sistemas de saúde. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), desde sua criação, representa um modelo universal e equitativo de atendimento à saúde, baseado no direito fundamental à saúde para todos os cidadãos. Ao longo dos anos, o SUS tem enfrentado desafios em sua implementação, mas também tem se destacado como um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. No entanto, à medida que novas demandas sociais e ambientais surgem, a necessidade de integrar a sustentabilidade nas práticas de saúde se torna cada vez mais urgente.

O tema da sustentabilidade no SUS se insere diretamente no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que visa assegurar a saúde e o bem-estar para todos, em todas as idades. A busca por práticas sustentáveis no SUS não se limita apenas à preservação ambiental, mas também

envolve questões econômicas e sociais, como a redução das desigualdades e a melhoria do acesso a serviços de saúde de qualidade. A integração desses três aspectos - ambiental, social e econômico - é essencial para garantir um sistema de saúde que não apenas atenda às necessidades da população, mas também preserve recursos para as gerações futuras.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da integração da sustentabilidade nas práticas do SUS, considerando a relevância deste tema no cenário atual de escassez de recursos e de intensificação das crises ambientais. A pertinência dessa análise se justifica pela necessidade de repensar o modelo de saúde adotado no Brasil, tendo em vista as crescentes pressões sobre o sistema de saúde e a urgência em adotar soluções mais eficientes e sustentáveis. A relevância dessa discussão é ainda mais destacada à luz da Agenda 2030 da ONU, que estabelece metas para a promoção da saúde e do bem-estar, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de respeitar os limites planetários.

Ao explorar as contribuições do SUS para o avanço de práticas sustentáveis e as perspectivas de melhorias em sua implementação, este estudo se propõe a apresentar um panorama atual e apontar caminhos possíveis para a construção de um sistema de saúde mais resiliente, eficiente e integrado aos princípios de desenvolvimento sustentável. A análise proposta contribuirá para o debate sobre o papel do SUS no enfrentamento das desigualdades sociais e ambientais e na promoção da saúde como um direito fundamental, essencial para a justiça social e o bem-estar coletivo.

1 OBJETO E OBJETIVOS

O **objeto** deste artigo é a análise da integração da sustentabilidade nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco no papel dos profissionais de saúde na promoção de ações sustentáveis e sua contribuição para o cumprimento dos direitos fundamentais e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3, que trata da saúde e do bem-estar. O estudo concentra-se em investigar como

a sustentabilidade pode ser incorporada às políticas públicas de saúde no Brasil, destacando a importância da atuação dos profissionais de saúde nesse processo.

O artigo aborda a relação entre políticas públicas de saúde e sustentabilidade, analisando como o SUS pode integrar práticas sustentáveis em suas ações para promover a saúde e o bem-estar da população, em consonância com os ODS. Para isso, são explorados os avanços alcançados pelo SUS na implementação de práticas sustentáveis, como o uso de tecnologias inovadoras, programas de prevenção e estratégias de saúde mais eficientes e ambientalmente responsáveis. Esses avanços demonstram o potencial do SUS para se tornar um modelo de sistema de saúde sustentável, alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o estudo identifica e discute os principais desafios enfrentados pelo SUS na promoção da sustentabilidade, como o subfinanciamento crônico, as desigualdades regionais e a necessidade de capacitação profissional para a adoção de práticas sustentáveis. Esses desafios são analisados à luz da necessidade de fortalecer o sistema para que ele continue a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável e para o cumprimento das metas do ODS 3.

O artigo também explora a interseção entre saúde, políticas públicas e sustentabilidade, com base em fundamentações teóricas e normativas. A saúde é entendida como um direito humano fundamental, e o SUS é analisado como uma política pública essencial para a inclusão social e a promoção da equidade. O estudo propõe estratégias para o fortalecimento do SUS como um sistema de saúde sustentável, como o investimento em governança, capacitação profissional e integração intersetorial, visando ampliar sua capacidade de atender às demandas da população e de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o objeto do artigo é analisar como a sustentabilidade pode ser integrada às práticas do SUS, com foco no papel dos profissionais de saúde na promoção de ações sustentáveis e na concretização dos direitos fundamentais. O estudo busca compreender os avanços, desafios e perspectivas da implementação de práticas sustentáveis no SUS, reforçando sua relevância como um modelo de política pública inclusiva e eficaz, alinhado aos princípios da Agenda 2030 e às necessidades da sociedade brasileira.

O **objetivo geral** deste artigo é analisar a integração da sustentabilidade nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco no papel dos profissionais de saúde na promoção de ações sustentáveis e sua contribuição para o cumprimento dos direitos fundamentais e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3, que trata da saúde e do bem-estar. O estudo busca avaliar os avanços, desafios e perspectivas da implementação de práticas sustentáveis no SUS, destacando a importância da atuação dos profissionais de saúde nesse processo.

Quanto aos **objetivos específicos**, destacam-se:

1. **Investigar a relação entre políticas públicas de saúde e sustentabilidade**, analisando como o SUS pode integrar práticas sustentáveis em suas ações para promover a saúde e o bem-estar da população, em consonância com os ODS.
2. **Avaliar o papel dos profissionais de saúde do SUS na promoção da sustentabilidade**, identificando como sua atuação pode contribuir para a implementação de estratégias mais sustentáveis no sistema de saúde.
3. **Identificar os avanços alcançados pelo SUS na integração de práticas sustentáveis**, como o uso de tecnologias inovadoras, programas de prevenção e estratégias de saúde mais eficientes e ambientalmente responsáveis.
4. **Discutir os desafios enfrentados pelo SUS na promoção da sustentabilidade**, como o subfinanciamento crônico, as desigualdades regionais e a necessidade de capacitação profissional para a adoção de práticas sustentáveis.
5. **Propor estratégias para o fortalecimento do SUS como um sistema de saúde sustentável**, com foco no investimento em governança, capacitação profissional e integração intersetorial, visando garantir a saúde como um direito universal e de qualidade.
6. **Contribuir para o debate acadêmico e político sobre a sustentabilidade no SUS**, reforçando a importância da atuação dos profissionais de saúde e das políticas públicas na concretização dos direitos fundamentais e no alinhamento com os ODS.

O estudo justifica-se pela crescente necessidade de integrar a sustentabilidade nas políticas públicas de saúde, especialmente no contexto do SUS, que desempenha um papel central na promoção da saúde e na redução das desigualdades no Brasil. A pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura ao analisar a atuação dos profissionais de saúde na promoção da sustentabilidade, destacando a importância de práticas sustentáveis para o fortalecimento do SUS e para o cumprimento dos ODS.

O artigo conclui que a sustentabilidade é um pilar essencial para o fortalecimento do SUS e para a garantia da saúde como um direito universal e de qualidade. A atuação dos profissionais de saúde é fundamental nesse processo, contribuindo para a implementação de práticas mais sustentáveis e eficientes. No entanto, para que o SUS continue a avançar nessa direção, é necessário superar desafios como o subfinanciamento e as desigualdades regionais, além de investir em governança, capacitação profissional e integração intersetorial. O estudo reforça a relevância da sustentabilidade no contexto do SUS, destacando sua importância para a concretização dos direitos fundamentais e para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO SUS: AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Os profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel essencial na promoção da saúde e no fortalecimento de políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais. Nesse contexto, eles também se configuram como agentes fundamentais na integração da sustentabilidade às práticas cotidianas do sistema. Essa atuação não apenas reflete a busca por uma gestão eficiente de recursos, mas também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que trata da saúde e bem-estar, e o ODS 12, relacionado ao consumo e à produção sustentáveis.

A inserção da sustentabilidade nas práticas do SUS exige uma atuação multidimensional dos profissionais de saúde. Isso envolve a adoção de medidas que

reduzam o desperdício de materiais, como medicamentos e insumos hospitalares, e o uso racional de recursos naturais, incluindo energia elétrica e água, nas unidades de saúde. Esses profissionais são responsáveis por implementar ações que minimizem os impactos ambientais das atividades de saúde, como a segregação adequada de resíduos hospitalares e o estímulo ao uso de tecnologias menos poluentes.

Além disso, os profissionais de saúde têm um papel estratégico na conscientização da população sobre a importância da sustentabilidade. Por meio de campanhas de educação em saúde e de práticas preventivas, eles podem influenciar diretamente o comportamento das comunidades, promovendo uma cultura de preservação ambiental e saúde integrada. Essa conscientização é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, onde a educação e o acesso a práticas sustentáveis são limitados.

A formação desses profissionais é outro aspecto central para o fortalecimento da sustentabilidade no SUS. A inclusão de conteúdos relacionados à saúde ambiental e ao desenvolvimento sustentável nos currículos das graduações e capacitações permanentes pode aprimorar a capacidade dos profissionais de implementar estratégias mais eficazes. A educação continuada oferece subsídios para que eles atuem como multiplicadores de práticas sustentáveis em suas equipes e comunidades.

Reis (2024) destaca que o debate contínuo e essencial sobre a sustentabilidade no nosso setor envolve diversas interpretações sobre os melhores caminhos para alcançar o equilíbrio desejado. Dada a natureza multifacetada da área, com múltiplos atores, instâncias e instituições, a busca por soluções exige respostas igualmente diversas. Parte dessas soluções passa, inevitavelmente, pela educação.

A formação tradicional, focada principalmente em conhecimentos técnicos e clínicos, tem se mostrado inadequada para atender às complexas demandas do sistema de saúde. A crescente necessidade de profissionais com habilidades de gestão, visão estratégica, capacidade de enfrentar desafios e avanços tecnológicos, além de uma compreensão aprofundada dos problemas do setor, especialmente no

que diz respeito à sustentabilidade, exige uma reformulação curricular nas faculdades de medicina. (Reis, 2024).

Reis (2024) ainda aponta que apenas 4,44% das principais faculdades de medicina do Brasil oferecem disciplinas relacionadas à gestão e ao empreendedorismo e, ainda, que muitas vezes tais disciplinas são eletivas. Portanto, a inserção dessas disciplinas na grade obrigatória pode ser uma solução, uma vez que, tratam de questões como “financiamento do sistema de saúde, alocação eficiente de recursos, análise de custos e benefícios de tratamentos, impacto de políticas públicas e avaliação de tecnologias em saúde”.

A partir desses conhecimentos, os novos médicos estariam mais preparados para tomar decisões clínicas e administrativas mais eficazes, considerando não apenas o bem-estar individual do paciente, mas também o impacto de suas escolhas no sistema como um todo. Entenderiam a importância de priorizar tratamentos que gerem valor, otimizar o uso de recursos e buscar soluções inovadoras que maximizem a saúde da população dentro de um orçamento limitado. Investir em médicos com visão holística e habilidades de gestão, com sólida base em Economia da Saúde, significa criar uma geração de agentes transformadores que promoverão a otimização de processos e a condução eficiente de equipes, garantindo a qualidade do atendimento e a viabilidade financeira do sistema. Este investimento precisa ser iniciado desde a formação básica desses profissionais e se estender ao longo da carreira através de cursos de formação continuada, cuja oferta já se encontra mais bem estabelecida pelos grandes players de saúde. (Reis, 2024).

Em síntese, os profissionais de saúde do SUS são pilares na integração da sustentabilidade ao sistema de saúde brasileiro. Sua atuação vai além do cuidado clínico, estendendo-se à gestão de recursos, à educação em saúde e à conscientização ambiental, contribuindo para a promoção de um sistema de saúde mais eficiente, inclusivo e alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A SUSTENTABILIDADE COMO PILAR DA SAÚDE NO BRASIL

As políticas públicas de saúde no Brasil, com destaque para aquelas implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), são fundamentais para a concretização dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Entre esses direitos, a saúde e o meio ambiente equilibrado possuem uma conexão

intrínseca, uma vez que a qualidade de vida da população depende diretamente de práticas sustentáveis. Nesse cenário, a sustentabilidade emerge como um pilar estratégico para a formulação e execução de políticas públicas de saúde no país.

A integração da sustentabilidade às políticas públicas do SUS reflete o compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. Esse compromisso também envolve o ODS 6, que trata da gestão sustentável da água, e o ODS 12, focado em padrões sustentáveis de consumo e produção. O alinhamento das ações do SUS a esses objetivos fortalece sua capacidade de enfrentar os desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, desigualdades sociais e demandas crescentes por serviços de saúde.

Na prática, a sustentabilidade nas políticas públicas de saúde se manifesta por meio de iniciativas que buscam promover a eficiência no uso de recursos, reduzir impactos ambientais e ampliar a equidade no acesso aos serviços de saúde. Exemplos incluem a implementação de tecnologias sustentáveis em unidades de saúde, programas de eficiência energética, políticas de gestão de resíduos hospitalares e o incentivo ao uso racional de medicamentos e insumos. Além disso, projetos de saúde pública que incorporam aspectos de educação ambiental contribuem para sensibilizar a população sobre a importância de práticas sustentáveis no cotidiano.

A adoção de políticas públicas sustentáveis no SUS também está diretamente relacionada à promoção da justiça social, um dos fundamentos dos direitos fundamentais. Ao priorizar ações em comunidades mais vulneráveis, onde o acesso a serviços de saúde é limitado e os impactos ambientais são mais severos, essas políticas ajudam a reduzir desigualdades e a promover a inclusão social. Dessa forma, a sustentabilidade não é apenas uma diretriz ambiental, mas também um mecanismo para assegurar direitos fundamentais e fortalecer a cidadania.

No entanto, a integração da sustentabilidade às políticas públicas de saúde enfrenta desafios significativos, como o subfinanciamento do SUS, a ausência de uma infraestrutura adequada em muitas regiões e a falta de formação específica dos profissionais de saúde para lidar com questões ambientais. Superar esses obstáculos

exige esforços intersetoriais, maior investimento público e uma governança eficiente que articule saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

No final de 2024, o Ministério da Saúde montou oficialmente o Grupo de Trabalho Técnico em Saúde dos Territórios de Periferias (GTT), com funções voltadas ao mapeamento e apoio à implementação de diversas políticas públicas em prol dos direitos fundamentais e acesso à saúde aos grupos historicamente marginalizados, como populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e moradores de rua. Tal iniciativa foi fruto de trabalhos anteriores, como a 1ª Conferência Livre Nacional de Saúde com Territórios de Periferias (CLTP), realizada em 30 de maio de 2023 e o lançamento do Mapa de Potencialidades das Periferias – uma plataforma, desenvolvida em parceria com a Fiocruz (Brasil, 2024).

Torres (2025) ressalta a importância da campanha Janeiro Branco, estabelecida pela Lei 14.556/23, com foco a conscientização sobre a saúde mental, promovendo hábitos e ambientes saudáveis e prevenindo doenças psiquiátricas, com ênfase na dependência química e no suicídio. Houve o agravamento dos quadros de transtornos psiquiátricos e do abuso de substâncias durante a pandemia, além disso, dados do Ministério da Previdência Social mostram que, em 2023, foram concedidos 288.865 benefícios por incapacidade devido a transtornos mentais e comportamentais, um aumento de 38% em relação a 2022.

A saúde mental, muitas vezes negligenciada, é parte fundamental do conceito de saúde, que engloba o bem-estar físico, mental e social, com base na dignidade da pessoa humana (art. 1º da CF/88). O direito à saúde, garantido no art. 6º e reafirmado no art. 196 da Constituição Federal como um dever do Estado, deve incluir tanto a saúde física quanto a mental. Inclusive, tal preocupação com a saúde mental e bem-estar também é abordada pela Agenda 2030, em especial ODS 3. No entanto, usuários do SUS enfrentam dificuldades e demoras no acesso a terapias e medicamentos essenciais, o que frequentemente leva à necessidade de recorrer à Justiça para garantir esse direito (Torres, 2025).

Torres (2025) finaliza ressaltando que, embora seja possível buscar a tutela judicial em casos pontuais, “evidencia-se a necessidade de fortalecer os CAPS - Centros de Atenção Psicossocial e as políticas públicas para a promoção da saúde

mental”, no que a autora considera função estatal e direito de todos, especialmente diante do aumento de casos de transtornos psiquiátricos.

Durante a abertura da 359ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa, reforçou o compromisso da pasta em manter todas as políticas e programas já estabelecidos, mesmo diante dos desafios orçamentários. Ele afirmou que o ministério está preparado para enfrentar a nova conjuntura política após as eleições municipais, que trará mudanças nos gestores locais de saúde, e continuará cumprindo seus compromissos até o final do ano. Barbosa também ressaltou a importância dos conselhos locais de saúde, que têm fortalecido a participação e o controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando sua capilaridade. (Agência Gov, 2024).

A atuação dos conselhos de saúde, tanto nacionais quanto locais, será fundamental para monitorar a implementação das políticas públicas em todo o país, especialmente em relação à entrega de unidades de saúde, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), assegurando que os serviços estejam funcionando conforme o previsto. (Agência Gov, 2024).

Portanto, a sustentabilidade, enquanto eixo norteador das políticas públicas de saúde, representa uma oportunidade de consolidar o SUS como um sistema capaz de promover não apenas o direito à saúde, mas também o direito a um meio ambiente equilibrado. Essa integração reforça o papel do Estado na construção de um futuro mais justo e sustentável, onde os direitos fundamentais sejam efetivamente garantidos a todos os cidadãos.

2.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ÀS PRÁTICAS DO SUS

A integração da sustentabilidade nas práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma estratégia essencial para transformar o modelo de saúde no Brasil, alinhando-o aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, essa transformação enfrenta uma série de desafios que exigem soluções criativas e colaborativas. A sustentabilidade no SUS não se limita à preservação ambiental, mas também abrange aspectos sociais, econômicos e estruturais, que são fundamentais para garantir o acesso universal e igualitário à

saúde.

Um dos principais desafios para a implementação de práticas sustentáveis no SUS é o subfinanciamento crônico do sistema. O SUS é sustentado por um orçamento público limitado, o que dificulta a realização de investimentos necessários para modernizar suas infraestruturas e adotar tecnologias que promovam a eficiência e a sustentabilidade. A falta de recursos adequados também compromete a formação e capacitação contínua dos profissionais de saúde, impedindo-os de se atualizar sobre as melhores práticas sustentáveis e inovações tecnológicas que poderiam ser aplicadas nas unidades de saúde.

Em 2024, o Ministério da Saúde anunciou o investimento de cerca de R\$ 30 milhões em ações relacionadas a plantas medicinais e fitoterápicos no âmbito do SUS, buscando reconhecer, valorizar e formalizar estratégias locais, garantindo acesso seguro e uso racional desses produtos, alinhado à integralidade da atenção à saúde. Os recursos financiarão projetos municipais, como cultivo de plantas medicinais, aquisição e manipulação de fitoterápicos, capacitação de profissionais, pesquisas e parcerias com instituições de ensino, visando ampliar o acesso da população a esses produtos e serviços com qualidade, segurança e eficácia. (Brasil, 2024).

Essa política incentiva a adoção e o monitoramento regular do uso de plantas medicinais e fitoterápicos nas redes de saúde pública, estimulando os gestores locais a fortalecerem seus programas de assistência farmacêutica com base em produtos naturais e a ampliar o acesso da população a esses medicamentos. Ao reconhecer esses saberes, o Governo Federal busca integrar a fitoterapia de forma mais ampla na atenção básica de saúde, promovendo opções de tratamento que respeitam as tradições culturais e que podem ser mais acessíveis em certas regiões. (Brasil, 2024).

No mesmo ano, o Ministério da Saúde também anunciou um investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões em seis projetos para implantação ou estruturação de farmácias vivas no SUS, visando garantir o acesso da população a fitoterápicos com qualidade, segurança e eficácia, além de promover e valorizar práticas populares e tradicionais relacionadas ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos, em sete eixos estruturantes e prioritários: articulação, cultivo, processamento, preparação, controle de qualidade, dispensação e capacitação (Brasil, 2024).

As farmácias vivas são serviços de saúde instituídos no SUS que englobam

todas as etapas da produção de fitoterápicos, começando pelo cultivo da planta medicinal e avançando até a preparação e dispensação do produto acabado, seguindo todas as normas e regulamentações para produção de medicamentos, com garantia de segurança e efetividade aos usuários da rede pública de saúde. (Brasil, 2024).

Além disso, as desigualdades regionais e as limitações estruturais representam obstáculos significativos. Regiões mais remotas e carentes enfrentam dificuldades ainda maiores para implementar iniciativas sustentáveis, devido à falta de infraestrutura básica e a dificuldade de acesso a recursos e tecnologias mais avançadas. A desigualdade no acesso aos serviços de saúde também reflete a disparidade na implementação de práticas sustentáveis, com unidades de saúde em grandes centros urbanos possuindo melhores condições do que aquelas em áreas rurais e periferias.

Outro desafio importante está na gestão de resíduos e no uso racional de recursos. Embora a implementação de políticas de gestão de resíduos hospitalares tenha avançado, ainda há uma grande quantidade de desperdício de materiais e medicamentos no SUS, além da falta de sistemas eficientes para a reciclagem e reaproveitamento de insumos. A capacitação dos profissionais de saúde para atuar de maneira sustentável, tanto na gestão de recursos quanto na adoção de práticas ambientalmente responsáveis, é fundamental para a minimização desses impactos negativos.

No entanto, existem também perspectivas promissoras que podem superar esses desafios. A crescente conscientização sobre os benefícios da sustentabilidade no SUS tem impulsionado mudanças em várias esferas do sistema de saúde. A incorporação de tecnologias verdes, como o uso de energias renováveis em hospitais e unidades de saúde, além de iniciativas como a redução do consumo de papel e o incentivo à compostagem de resíduos orgânicos, são exemplos de boas práticas que podem ser adotadas em larga escala.

Além disso, a implementação de políticas públicas intersetoriais que integrem saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável pode potencializar os efeitos da sustentabilidade no SUS. A formação de profissionais de saúde com foco em saúde ambiental e práticas sustentáveis nas escolas de medicina, enfermagem e outras áreas da saúde é uma estratégia fundamental para garantir que as futuras

gerações de profissionais estejam preparadas para lidar com os desafios ambientais e sociais do contexto de saúde.

A utilização de tecnologias digitais também oferece novas perspectivas para a sustentabilidade no SUS. Sistemas de telemedicina e monitoramento remoto de pacientes, por exemplo, podem reduzir a necessidade de deslocamento dos pacientes, diminuir a demanda por infraestrutura física e contribuir para a redução da pegada de carbono do sistema de saúde. Essas tecnologias podem, além disso, promover a equidade no acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas, o que fortalece a sustentabilidade social do SUS.

Riviere (2024) aponta que a telemedicina é uma modalidade de atendimento médico à distância, utilizando tecnologias de comunicação e informação, como softwares especializados, permitindo a interação entre médicos e pacientes sem a necessidade de encontros presenciais. O principal benefício do uso desse sistema é a acessibilidade, possibilitando que pacientes em áreas remotas ou com dificuldades de locomoção recebam consultas e acompanhamento médico de forma remota, reduzindo custos e tempo de deslocamento.

Além disso, também beneficia os profissionais, a telemedicina proporciona flexibilidade, permitindo atender pacientes em diferentes localidades, otimizar agendas e ampliar o alcance do atendimento. O aumento da eficiência na gestão do tempo, com consultas mais curtas e focadas, elevando a produtividade dos médicos e reduzindo filas de espera em hospitais e clínicas é outro benefício. (Riviere, 2024).

Em conclusão, a integração da sustentabilidade nas práticas do SUS enfrenta obstáculos significativos, mas também apresenta oportunidades valiosas para a transformação do sistema de saúde brasileiro. A superação dos desafios exige um compromisso contínuo do governo, das instituições de saúde e dos profissionais da área, com investimentos em infraestrutura, educação e inovação. As perspectivas para a construção de um SUS mais sustentável são promissoras, principalmente com a combinação de políticas públicas eficazes, tecnologias sustentáveis e uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

3 METODOLOGIA

O artigo em questão utiliza uma metodologia de **pesquisa bibliográfica**, que consiste na coleta e análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, revistas, documentos oficiais, relatórios, legislações e outras fontes secundárias disponíveis e acessíveis ao público. Esse tipo de investigação é particularmente adequado para estudos que buscam compreender temas complexos, como a relação entre a atuação dos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da sustentabilidade e a concretização dos direitos fundamentais.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida por permitir um levantamento abrangente de informações teóricas e práticas sobre as políticas públicas de saúde no Brasil, bem como sobre os princípios da sustentabilidade e sua integração com os direitos fundamentais. Foram consultados documentos do Ministério da Saúde, publicações acadêmicas, diretrizes internacionais relacionadas à sustentabilidade e textos normativos que abordam os direitos à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Essa abordagem permitiu contextualizar o papel dos profissionais de saúde do SUS na promoção de práticas sustentáveis e na garantia dos direitos fundamentais.

Além disso, a pesquisa é de **natureza qualitativa**, uma vez que o foco não está na quantificação de dados, mas na interpretação e análise crítica dos fenômenos estudados. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador assume um papel central como instrumento-chave para a interpretação dos dados coletados, buscando compreender as nuances e complexidades da atuação dos profissionais de saúde no contexto da sustentabilidade. A análise qualitativa permite explorar aspectos subjetivos, como os desafios enfrentados pelos profissionais, as estratégias adotadas para integrar a sustentabilidade às práticas de saúde e o impacto dessas ações na concretização dos direitos fundamentais.

O método científico utilizado é o **dedutivo**. Esse método parte de premissas gerais, como os princípios da sustentabilidade, as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, para chegar a conclusões específicas sobre o papel dos profissionais de saúde na promoção de práticas sustentáveis. A partir de uma análise teórica e conceitual, o

estudo deduz como a atuação desses profissionais contribui para a integração das políticas públicas de saúde com os objetivos de sustentabilidade, reforçando a concretização dos direitos fundamentais no contexto brasileiro.

Em síntese, a metodologia adotada combina a pesquisa bibliográfica, para embasar teoricamente o estudo, com uma abordagem qualitativa, que possibilita uma análise crítica e contextualizada da atuação dos profissionais de saúde do SUS na promoção da sustentabilidade. Essa combinação permite uma compreensão aprofundada do tema, destacando a importância das políticas públicas e da atuação desses profissionais na concretização dos direitos fundamentais e na construção de um sistema de saúde mais sustentável e equitativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados e informações obtidas a partir da pesquisa bibliográfica revela que, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha alcançado importantes avanços na promoção da saúde e do bem-estar no Brasil, a integração da sustentabilidade em suas práticas enfrenta desafios substanciais. Estes desafios, por sua vez, estão intrinsecamente ligados a fatores como o subfinanciamento crônico, desigualdades regionais e a falta de infraestrutura e capacitação adequadas, aspectos que impactam diretamente a efetividade das políticas públicas de saúde sustentáveis.

Um dos principais resultados encontrados é o papel fundamental que o SUS desempenha na redução das desigualdades sociais e na promoção da saúde de forma universal. Programas como o de imunização, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a atenção básica à saúde demonstram a capacidade do SUS de fornecer cuidados de saúde a populações vulneráveis e em regiões remotas, alinhando-se aos princípios de inclusão social e equidade. Tais programas têm mostrado que é possível conciliar a oferta de serviços de saúde de qualidade com o respeito aos princípios sustentáveis de acesso universal e integral, cumprindo as metas do ODS 3, que visam garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.

No entanto, a sustentabilidade ambiental dentro do SUS ainda enfrenta grandes obstáculos. A gestão de resíduos hospitalares, que é uma questão crítica para a

sustentabilidade ambiental do sistema, continua sendo um desafio. Apesar dos avanços, muitos hospitais e unidades de saúde ainda carecem de infraestrutura adequada para a gestão de resíduos, o que contribui para o aumento da geração de lixo hospitalar não tratado e desperdício de recursos. Além disso, a falta de uma estratégia nacional unificada para a redução do consumo de recursos e a adoção de práticas mais verdes limita os impactos ambientais positivos que poderiam ser promovidos pelo SUS. A escassez de investimentos em tecnologias limpas e eficientes também dificulta a implementação de soluções sustentáveis em larga escala.

Outro desafio identificado é o financiamento insuficiente do SUS, que se reflete na dificuldade de implementar políticas públicas de saúde que integrem a sustentabilidade de forma robusta. O sistema enfrenta pressões financeiras constantes, que impactam a qualidade do atendimento, a capacidade de expansão das redes de saúde e a implementação de tecnologias inovadoras que podem promover mais eficiência e reduzir o desperdício de recursos. A sustentabilidade econômica do SUS está diretamente ligada à necessidade de aumentar os investimentos públicos na saúde, de modo a garantir que os profissionais de saúde tenham os recursos e a capacitação necessários para aplicar práticas sustentáveis no atendimento à população.

Por outro lado, a discussão também aponta para avanços promissores no contexto da sustentabilidade social no SUS. A ampliação das ações de saúde mental e saúde ambiental, a promoção de práticas de alimentação saudável e prevenção de doenças crônicas, bem como o incentivo ao uso de energias renováveis em unidades de saúde, são exemplos de iniciativas que demonstram o potencial de transformação do SUS. A implementação de tecnologias de telemedicina, por exemplo, tem se mostrado eficaz na redução do deslocamento de pacientes, contribuindo para a diminuição da pegada de carbono do sistema e ampliando o acesso a cuidados médicos em regiões remotas.

A integração das práticas sustentáveis no SUS requer também uma mudança na formação e capacitação dos profissionais de saúde. Embora alguns programas de formação já incluam a sustentabilidade em seus currículos, é necessário expandir a

abordagem intersetorial, capacitando os profissionais para que compreendam a importância da sustentabilidade não apenas sob a ótica ambiental, mas também como um componente estratégico da gestão pública e da saúde coletiva.

Por fim, a análise dos dados sugere que as políticas públicas intersetoriais, que integrem saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, são fundamentais para garantir a efetividade da sustentabilidade no SUS. A cooperação entre diferentes esferas de governo e a criação de soluções locais adaptadas à realidade de cada região podem ser chave para superar as limitações estruturais e promover um modelo de saúde mais sustentável e inclusivo.

A partir destes resultados, é possível concluir que, apesar dos avanços significativos, o SUS ainda enfrenta desafios significativos para integrar plenamente a sustentabilidade em suas práticas. No entanto, as perspectivas são positivas, especialmente se forem feitos investimentos estratégicos no fortalecimento da governança do SUS, na implementação de tecnologias inovadoras e no treinamento contínuo dos profissionais de saúde para promover a sustentabilidade em todos os níveis do sistema. A sustentabilidade, portanto, deve ser vista não apenas como um objetivo, mas como um meio essencial para garantir a saúde como um direito fundamental para todos.

CONCLUSÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais importantes modelos de saúde pública do mundo, proporcionando acesso universal e equitativo à saúde para a população brasileira. Este artigo analisou a integração da sustentabilidade nas práticas do SUS, destacando os avanços, desafios e perspectivas dessa integração, especialmente no contexto das políticas públicas de saúde e dos direitos fundamentais.

Os resultados demonstraram que o SUS, apesar das dificuldades financeiras e estruturais, tem sido fundamental na promoção da saúde de forma equitativa e inclusiva, cumprindo seu papel de garantir o direito à saúde a todos os cidadãos. No entanto, a sustentabilidade dentro do SUS ainda enfrenta desafios consideráveis,

principalmente no que diz respeito à gestão eficiente de recursos, ao financiamento do sistema e à implementação de práticas ambientais sustentáveis nas unidades de saúde.

Porém, há também avanços significativos que merecem ser destacados, como a ampliação das ações de prevenção, a utilização de tecnologias como a telemedicina, e a crescente adoção de práticas de saúde mais sustentáveis. A sustentabilidade, tanto no aspecto ambiental quanto econômico e social, aparece como um fator crucial para garantir a longevidade e a qualidade do SUS, sendo indispensável para o enfrentamento das desigualdades no acesso à saúde e para a promoção de um modelo de saúde mais eficiente e adaptado às necessidades da população.

A análise também indica que é necessário investir em governança, capacitação profissional e tecnologias sustentáveis para promover uma integração mais robusta entre a saúde pública e a sustentabilidade. A cooperação intersetorial entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável é fundamental para a construção de um modelo de saúde mais resiliente e capaz de atender às necessidades atuais e futuras da população brasileira.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade deve ser vista como uma prioridade no desenvolvimento das políticas de saúde pública no Brasil. O SUS tem o potencial de ser um modelo exemplar de saúde sustentável, mas para alcançar essa meta, é preciso que o sistema seja fortalecido e que haja um compromisso contínuo com a implementação de práticas sustentáveis, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os direitos fundamentais da população. A sustentabilidade no SUS é um caminho essencial para garantir a saúde como um direito fundamental, assegurando a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LIMA, Luciana Dias de; FERREIRA, Maria Paula; FUSARO, Edgard Rodrigues; IOZZI, Fabíola Lana. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, abr./2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mnpHNBCXdptWTzt64rx5GSn/>. Acesso em: 21 jan.

2025.

ARTUR, Margareth. Desigualdade social afeta equidade no acesso à saúde. **Jornal da USP**, 29 out. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/desigualdade-social-afeta-equidade-no-acesso-a-saude/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BARROS, Fernando Passos Cupertino de; SOUSA, Maria Fátima de. Equidade: Seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016. ISSN: 1984-0470. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/issue/view/8534>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BATALHA, Elisa. Para entender o (sub)financiamento do SUS. **Conass**, 7 mai. 2012. Disponível em: <https://www.conass.org.br/para-entender-o-subfinanciamento-do-sus/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BORGES, Iara Farias. Subfinanciamento é principal problema da saúde, dizem secretários do setor. **Senado Notícias**, 18 abr. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/18/subfinanciamento-e-principal-problema-da-saude-dizem-secretarios-do-setor>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde investe R\$ 30 milhões para expandir acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. **Agência Gov**, 30 set. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/saude-investe-r-30-milhoes-para-expandir-acesso-a-plantas-medicinais-e-fitoterapicos-como-opcao-terapeutica-no-sus>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde vai destinar R\$ 5,5 milhões em projetos de Farmácias Vivas. **Agência Gov**, 25 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/ministerio-da-saude-vai-destinar-r-5-5-milhoes-em-projetos-de-implantacao-ou-estruturacao-de-farmacias-vivas>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Piauí. MPPI realiza oficina online sobre Fortalecimento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. **MPPI**, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2023/04/mppi-realiza-oficina-online-sobre-fortalecimento-da-assistencia-farmaceutica-na-atencao-basica/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sustentabilidade do SUS é tema discutido em seminário de Economia da Saúde na Bahia. **Agência Gov**, 26 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/sustentabilidade-do-sus-e-tema-discutido-em-seminario-de-economia-da-saude-na-bahia>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde instala grupo para fortalecer

políticas públicas nas periferias. **Agência Gov**, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-saude-instala-grupo-para-fortalecer-politicas-publicas-nas-periferias>. Acesso em: 22 jan. 2025.

DISPARIDADE na saúde: como a desigualdade social afeta o acesso à saúde. **Nexto**, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://nexxto.com/disparidade-na-saude-como-a-desigualdade-social-afeta-o-acesso-a-saude/#:~:text=Pesquisa%20aponta%20que%20sete%20em,solu%C3%A7%C3%B5es%20para%20reduzi%20a%20gradualmente>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ESTUDO do Banco Mundial aponta que SUS tem 30% de gasto ineficiente. **AMB**, 2025. Disponível em: <https://amb.org.br/brasil-urgente/estudo-do-banco-mundial-aponta-que-sus-tem-30-de-gasto-ineficiente/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

LEVY, Bel. Agenda 2030: Sustentabilidade do SUS e dos sistemas de inovação em saúde são tema de debate. **Portal Fiocruz**, 25 out. 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/agenda-2030-sustentabilidade-do-sus-e-dos-sistemas-de-inovacao-em-saude-sao-tema-de-debate>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LOPES, Gabrielle. Primeiro serviço de telemedicina do SUS em hospital do Rio atendeu mais de 10 mil pacientes em um ano; saiba como funciona. **O Globo**, 27 mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/tijuca-e-zona-norte/noticia/2024/05/27/primeiro-servico-de-telemedicina-do-sus-em-hospital-do-rio-atendeu-mais-de-10-mil-pacientes-em-um-ano-saiba-como-funciona.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MEIRA, Ana Lígia Passos. Acesso à saúde e as desigualdades regionais: um olhar para regulação. **Radar Ibê**, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://radar.ibegesp.org.br/acesso-a-saude-e-as-desigualdades-regionais-um-olhar-para-regulacao/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MINISTÉRIO da Saúde destaca importância dos conselhos locais na implementação de políticas públicas. **Agência Gov**, 14 out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/ministerio-da-saude-reforca-compromisso-com-politicas-publicas-e-destaca-o-papel-dos-conselhos-de-saude-1>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PROJETO prevê atendimento por telessaúde para usuários do SUS. **Medicina S/A**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/telessaude-sus/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REIS, Rogério. A formação médica como pilar da sustentabilidade na saúde. **Saúde Business**, 03 dez. 2024. Disponível em: <https://www.saudebusiness.com/colunistas/a-formacao-medica-como-pilar-da-sustentabilidade-na-saude/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

RIVIERE, Richard. Telemedicina no SUS: como funciona e qual a importância? **Versatilis**, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://mail.versatilis.com.br/telemedicina-no-sus/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SITNIK, Michel. Nova cátedra do Hospital das Clínicas quer impulsionar as políticas públicas em saúde. **Jornal da USP**, 04 set. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/nova-catedra-do-hospital-das-clinicas-vai-impulsionar-as-politicas-publicas-em-saude/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SUSTENTABILIDADE como pilar do cuidado com a saúde. **Hospital São Vicente de Paulo**, 04 jun. 2021. Disponível em: <https://hsvp.com.br/post/2819/sustentabilidade-como-pilar-do-cuidado-com-a-saude>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TORRES, Letícia Ferreira. Janeiro branco e as políticas públicas no direito à saúde mental. **Migalhas**, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/422976/janeiro-branco-e-as-politicas-publicas-no-direito-a-saude-mental>. Acesso em: 22 jan. 2025.

Recebido em 10/02/2025

Versão corrigida recebida em 30/05/2025

Aceito em 02/06/2025

Publicado online em 30/07/2025